



TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - TAESA

CNPJ/MF 07.859.971/0001-30

taesa.com.br

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA ("Taesa" ou "Companhia") – B3: TAE11, um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, submete à apreciação de V.Sas., o seu Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Este ano de 2022 representou um importante marco para a Taesa. A Companhia atingiu no ano que passou um EBITDA regulatório, na visão de consolidação proporcional, de R\$ 2,5 bilhões – o maior volume já registrado pela Taesa em sua história – com uma margem EBITDA de quase 86%. Este sólido desempenho e consequência do sucesso na execução do seu planejamento estratégico baseado nos pilares de crescimento sustentável, competitividade, gestão regulatória, sustentabilidade e governança. Com isso o lucro líquido regulatório mais que dobrou na comparação anual, atingindo em 2022 a marca de R\$1,0 bilhão.

A Companhia apresentou uma receita operacional líquida regulatória consolidada de R\$2,2 bilhões no ano, 21,3% maior que a registrada em 2021. O EBITDA regulatório consolidado totalizou R\$1,9 bilhão em 2022, apresentando um crescimento de 2021. Assim, a margem EBITDA ficou em 85,5% no acumulado do ano, 2,0 pontos percentuais maior que o ano anterior.

Um dos grandes impulsores deste resultado foi a entrada em operação em 2022 dos projetos Sant'Ana (55% entregue), ESTE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (90% entregue), e ainda o impacto de Janaúba que, apesar de ter sido entregue de forma antecipada em 2021, afetou positivamente a comparação entre 2021 e 2022. A RAP de todos estes projetos soma mais de R\$880 milhões, considerando a participação proporcional da Taesa nessas concessões no ciclo RAP 2022-2023, com adição do PIS/COFINS.

No resultado em IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$1,5 bilhão no ano, uma redução de 34,5% na comparação com 2021, explicada principalmente pelo menor IGP-M e IPCA registrado entre os períodos comparados, afetando negativamente a receita de correção monetária, e pela redução da margem de implementação de infraestrutura, principalmente em função da entrada em operação dos diversos empreendimentos que estavam em construção.

A Taesa encerrou o ano com um caixa de R\$1,5 bilhão e uma dívida líquida de R\$9,1 bilhões – considerando a participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto e coligadas –, com um índice de 3,7x na relação dívida líquida sobre EBITDA, uma importante melhora quando comparado ao nível de 4,2x reportado doze meses antes.

Do ponto de vista operacional, a Companhia atingiu 99,95% de índice de disponibilidade das linhas em 2022, destacando sua consistência na excelência operacional e gestão de suas linhas de transmissão. Já a parcela variável contábil totalizou R\$60,2 milhões no acumulado do ano, influenciada por eventos ocorridos em outros anos e que estão sendo discutidos em processos administrativos e judiciais por serem considerados externos e alheios à Taesa.

Nos últimos três leilões de transmissão realizados pela ANEEL, a Taesa foi uma das grandes vencedoras e arrematou quatro lotes que juntos somam quase R\$450 milhões de RAP. Anual referi-se ao maior lote do leilão 02/2021, situado entre São Paulo e Paraná, com R\$1,75 bilhão de investimentos e uma RAP de R\$160 milhões; e Pitiguarú é o lote 10 arrematado no leilão 01/2022, situado em Santa Catarina, com uma RAP de quase R\$20 milhões e investimentos de R\$245 milhões. Os lotes arrematados no último leilão 02/2022 do final do ano chamam-se Tangará (lote 3) e Saira (lote 5) e juntos somam R\$2,3 bilhões em investimentos e uma RAP total de R\$262 milhões. A assinatura do contrato destas concessões está prevista para 30 de março de 2023. Adicionalmente, a ANEEL autorizou em outubro de 2022 a implantação de reforços de grande porte na concessão Novatrans, compreendendo um investimento de cerca de R\$263 milhões e uma RAP de R\$45 milhões após sua energização, com prazo regulatório de 30 meses para conclusão da obra.

O ano de 2022 foi afetado também pela entrada no novo ciclo da Receita Anual Permissão (RAP) 2022-2023 que se iniciou em 1º de julho. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 10,72% e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 11,73%. Assim, a RAP das 43 concessionárias do grupo Taesa no novo ciclo 2022-2023 totalizou R\$ 1,1 bilhão, mais de 50% do ciclo anterior, já contemplando a redução de 50% da RAP das concessões de categoria II que sofrem esse efeito no novo ciclo.

Em termos de pagamento de proventos, a Taesa manteve um adequado nível de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, totalizando o montante de quase R\$1,7 bilhão em 2022, o equivalente a R\$4,85 por Unit e 7,8% maior que o montante pago em 2021. Com isso, o dividend yield da TAE11 ficou em 14,0% no fechamento de 2022.

A Taesa manteve foco total na agenda de Sustentabilidade, uma vez que este tema está conectado a sua missão, visão e todos os seus valores, sendo também um pilar fundamental do Planejamento Estratégico da Companhia. Na frente de Gente, a Taesa foi certificada pelo selo Great Place to Work em seu 4º ano consecutivo, estando entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro e em 1º lugar no Destaque GPTW Energia pelo 2º ano consecutivo. Além disso, a Companhia recebeu a certificação FIA Employee Experience de Clima Organizacional 2022 que há mais de 30 anos analisa o ambiente de trabalho das organizações brasileiras, com uma metodologia que avalia diversos temas como carreira, comunicação interna, educação corporativa, ESG, liderança, qualidade de vida, reconhecimento e recompensa e relações interpessoais.

Na frente de segurança, a Taesa atuou em diversas ações, entre elas a inclusão de requisitos objetivos de segurança no processo de contratação de EP/Cistas, e a compra e utilização de câmeras de segurança no exercício das atividades das equipes de campo a fim de garantir o cumprimento às normas de segurança e consequentemente a proteção e segurança dos técnicos. Foram realizadas também uma série de fóruns aos colaboradores visando principalmente a conscientização de todos sobre segurança e saúde. Como resultado de todos os esforços, a taxa de frequência de acidentes reduziu significativamente entre 2021 e 2022 em todas as concessões em que a Companhia tem participação.

Uma outra frente de sustentabilidade importante a destacar foi a aprovação do plano de ação da Matriz de Materialidade. Após avaliação da matriz junto aos stakeholders, seis tópicos materiais foram priorizados para serem trabalhados de agora em diante: Ética, transparência e integridade; Mitigação e adaptação às mudanças climáticas; Meio ambiente e biodiversidade; Relacionamento com comunidades locais; Gestão, desenvolvimento de pessoas, diversidade e inclusão; e Saúde, segurança e qualidade de vida. A fim de criar um vínculo com a agenda global, conectamos estes tópicos materiais com alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8), Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13), Vida Terrestre (ODS 15), e Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16).

Em 2022, a partir de um trabalho colaborativo e integrado com todos os colaboradores, a Companhia definiu sua Missão, Visão e Valores, aderentes ao nosso planejamento estratégico e conectados com a Política do Sistema de Gestão Integrado Taesa. Esta política tem por objetivo disseminar a cultura de segurança para evitar acidentes, minimizar os impactos ambientais decorrentes de nossas atividades, manter níveis adequados de confiabilidade e de disponibilidade dos ativos de transmissão, ser cada vez mais eficiente, aumentar a rentabilidade dos nossos ativos e implantar, certificar e manter o sistema de gestão integrado da Companhia.

Na frente de diversidade e inclusão, foram definidas metas de diversidade no processo admissional e promoção de debates e fóruns de conscientização entre os colaboradores. As mulheres representam atualmente mais de 20% do quadro e da liderança da Taesa, um número importante visto que o setor elétrico hoje é composto majoritariamente por homens. A Taesa tem oferecido cursos para formação de eletricistas mulheres, onde mais de 120 mulheres já participaram, inclusive algumas delas foram contratadas pela Companhia. Além disso, houve um aumento de 11% de colaboradores negros no quadro, que hoje representam 45% da empresa.

A Taesa se manteve pelo segundo ano consecutivo nos índices de Sustentabilidade da B3, ICOD e IGPTW, o que confirma o reconhecimento pelo mercado sobre o empenho da Companhia diante das relevantes pautas sobre mudanças climáticas e clima organizacional. Por fim, destacamos a emissão de mais uma debênture verde de infraestrutura em 2022 – a 12ª emissão de debêntures da Taesa no montante de R\$125 bilhão – que foi a maior emissão ICVM 400 "verde" no ano que passou e contou com a participação maciça de investidores pessoa física (mais de 17.500 CPFs) e um custo muito competitivo – menor prêmio acima dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) nos últimos 2 anos no setor elétrico.

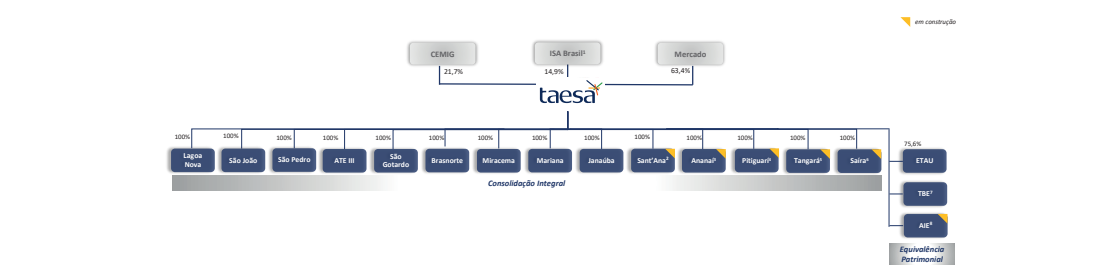
Diante das grandes realizações e importantes conquistas do ano que passou, a TAESA reforça seu posicionamento estratégico como uma das maiores empresas de transmissão de energia elétrica do País e seu foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, geração de valor, disciplina financeira e eficiência operacional, ratificando o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

A COMPANHIA

A Taesa é uma concessionária de transmissão de energia, cujo objetivo é realizar serviços de operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica no Brasil e outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica. É um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de Receita Anual Permissão (RAP), com 12.362 km de linhas de transmissão em operação e 1.746 km em construção, totalizando 15.130 km de extensão. Possui ativos em 108 subestações com nível de tensão entre 230 e 525kV e um centro de operação e controle localizado em Brasília.

A Taesa detém participação em quarenta e três concessões de transmissão: dez concessões na holding (ISN, NVT, ETEO, QUESA, PATASA, Munirair, NTE, STE, ATE e ATE II), quatorze controladas (ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Brasnorte, Sant'ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananai, Pitiguarú, Tangará e Saira), quatro controladas em conjunto (ETAU, Paraguaçu, Aimorés e Ivaí) e quinze coligadas, sendo, quatro diretas (EATE, ENTE, ETEP e ECTE), cinco indiretas (STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE) e seis com participações direta e indireta (EBTE, EDTE, ERTE, Transudeste, Transleste e Transrape).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E LOCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES



- ¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.
- ² Sant'Ana – Os trechos de LT 230 kV – Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1) e parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 foram entregues com direito a RAP a partir de 28/3/2022.
- ³ Ananai corresponde ao Lote 1 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2021. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31/03/2022, quando o contrato de concessão foi assinado.
- ⁴ Pitiguarú corresponde ao Lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 01/2022. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 30/09/2022, quando o contrato de concessão foi assinado.
- ⁵ Tangará corresponde ao Lote 3 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2022. O empreendimento será assumido formalmente pela Companhia em 31/03/2023, quando o contrato de concessão será assinado.
- ⁶ Saira corresponde ao Lote 5 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2022. O empreendimento será assumido formalmente pela Companhia em 31/03/2023, quando o contrato de concessão será assinado.
- ⁷ TBE – Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. A gestão operacional das concessões Transiraep (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (em conjunto, "Transmireiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE.
- ⁸ AIE – Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 empreendimentos, Aimorés e Paraguaçu foram entregues em maio de julho de 2022, respectivamente, e Ivaí entrou parcialmente em operação em novembro de 2022.

Saúde e Segurança do Trabalho - A Companhia nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, considera a Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde um valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura, a fim de contribuir para a segurança e saúde de seus empregados e subcontratados, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A Companhia adota os seguintes princípios de gestão de segurança, meio ambiente e saúde:

- Prevenção de riscos do trabalho;
 - Proteção à saúde e ao meio ambiente;
 - Atendimento aos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental;
 - Cumprir com as obrigações da Companhia com segurança, continuidade e qualidade;
 - Realizar ações respeitando o ambiente e o interesse das partes;
 - Minimizar, na medida do possível, o impacto gerado pelas obras e para o convívio da linha de transmissão com o meio socioambiental na operação das linhas de transmissão.
- Responsabilidade Social**
- Em 2022 a Taesa e suas investidas ATE III e Brasnorte investiram R\$1.418 em projetos que contribuem para o desenvolvimento social e a valorização da cidadania:
- Lei Rouanet e Audiovisual – Plano Plurianual de Atividades e Manutenção do Instituto Inhotim 2021/2024* e "Itinerância Nacional Mostra Ecoalfante de Cinema Ambiental".
 - Lei do Esporte – "Craques da Rocinha".
 - IIA – "Formação de Adolescentes Empreendedores Rurais da Agricultura Familiar", "Estimulação Essencial", "Atleta cidadão".
 - Lei do Idoso – "Projeto Direto à Segurança Alimentar e Nutricional Para Agricultores e Agricultoras Familiares Idosos da Microrregião do Sertão do Moxotó Pernambucano".

A TAESA é uma Companhia listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), que confere às suas ações preferenciais o direito de venda por 100% do valor pago na transferência de controle (*Tag Along*) e está alinhada com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa do mercado.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, assessorado por 4 comitês não estatutários (Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos e Comitê de Implantação e Novos Negócios), Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária.

Conselho de Administração (CA) - Composto por 13 membros efetivos, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Em conformidade com o contrato de adesão de práticas direcionadoras de governança corporativa Nível 2, o CA deverá ter no mínimo 20% de conselheiros independentes, identificados como tal na ata que os eleger. Cabe à acionista ISA indicar 4 membros e a acionista CEMIG indicar 5 membros, os demais são eleitos em conformidade com o Item 5.3 do Regulamento Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Além das competências descritas em lei e no Estatuto Social da Companhia, o CA é responsável: (i) pela orientação geral dos negócios, (ii) por eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, além de supervisionar o exercício de suas funções, por meio de comitês específicos, e (iii) por deliberar sobre a participação em concorrências públicas promovidas pela ANEEL ou por qualquer representante do Poder Concedente com competência para tal.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração – A Companhia possui 4 Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração com funções técnicas e consultivas, informados acima. Os Comitês não têm função executiva e poder de decisão e são compostos por 6 membros, majoritariamente também membros do CA, para assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório da Companhia.

Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal é permanente e composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos, com igual número de suplentes. Suas responsabilidades consistem em fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos acionistas.

Diretoria Executiva - A Diretoria Executiva é formada por 06 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Técnico, um Diretor Jurídico e Regulatório, um Diretor de Implantação e um Diretor de Gestão de Participações, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração executiva diária dos negócios e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os itens destacados em Sustentabilidade, Inovação e Responsabilidade corporativa não fazem parte do escopo do auditor independente.

DESEMPENHO DOS NOSSOS NEGÓCIOS

Participação nos Leilões de Transmissão e Aquisição de Ativos

Em 2022 a Taesa sagrou-se vencedora no Lote 10 do Leilão 001/2022 e nos Lotes 03 e 05 do Leilão 002/2022 organizado pela ANEEL, o que garantiu à Taesa um incremento de 1.115 Km de linhas de transmissão e R\$262.399 de RAP ao seu portfólio. Além dos leilões, a Taesa atuou também na análise de oportunidades no mercado secundário sem, no entanto, ter concluído operação em 2022.

DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

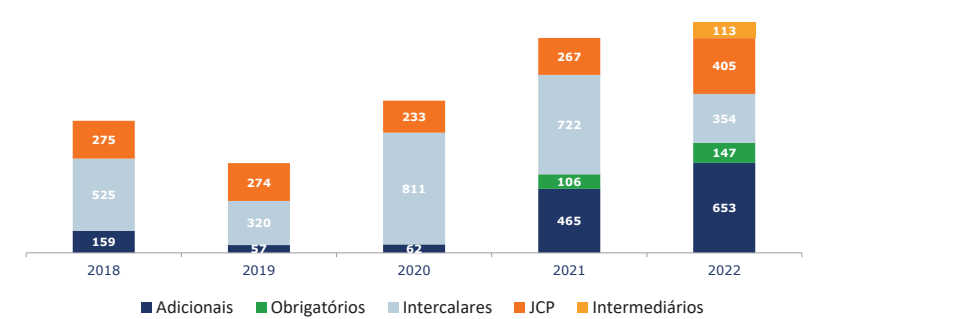
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos

De acordo com seu estatuto social, a Taesa deve distribuir um mínimo de 50% do seu Lucro Líquido, após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal.

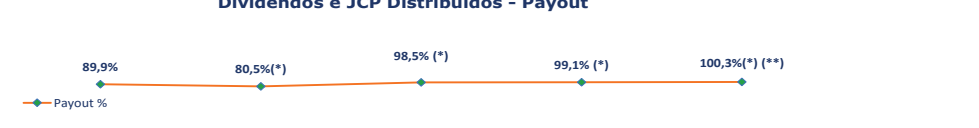
No exercício de 2022, foram aprovados pagamentos no montante de R\$1.872.404 a título de dividendos e JCP, sendo:

- R\$565.282 - dividendos adicionais de 2021;
- R\$147.011 - dividendos obrigatórios remanescentes de 2021;
- R\$353.958 - dividendos intercalares de 2022;
- R\$113.400 - dividendos intermediários; e
- R\$404.753 - JCP de 2022.

Série histórica de dividendos e JCP pagos (R\$ MM)



Dividendos e JCP Distribuídos - Payout

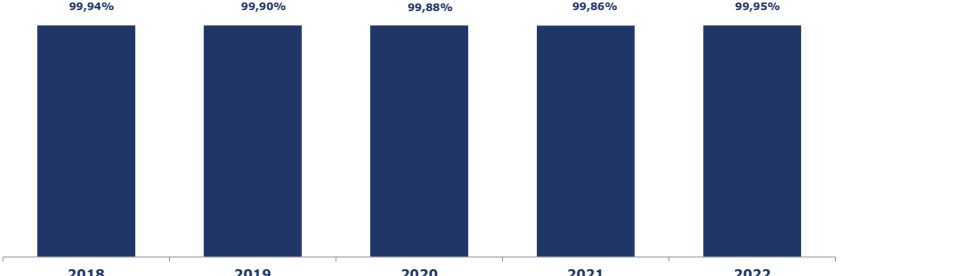


(*) Para o cálculo do Payout os lucros líquidos foram ajustados excluindo os impactos do CPC 47. Os impactos foram de R\$ 207.632, R\$ 408.098, R\$ 631.470, R\$ 291.323 e R\$ 116.924 nos exercícios de 2022, 2021, 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Assim como os impactos do CPC 47 apurados no exercício de 2022, 2021, 2020, 2019 e 2018, a proposta da Administração é destinar os impactos apurados no exercício de 2022 para as Reservas de lucro e pagar dividendos aos acionistas em períodos futuros a fim de não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia.

(**) Para o cálculo do payout de 2022 foi aplicado o valor de R\$3.177 referente a reversão de incentivo fiscal.

Disponibilidade das linhas de transmissão

A Companhia demonstrou competência técnica e capacidade de manter a disponibilidade das linhas de transmissão em elevados patamares, atingindo o resultado de 99,95% de disponibilidade. Abaixo o histórico de disponibilidade das linhas de transmissão:

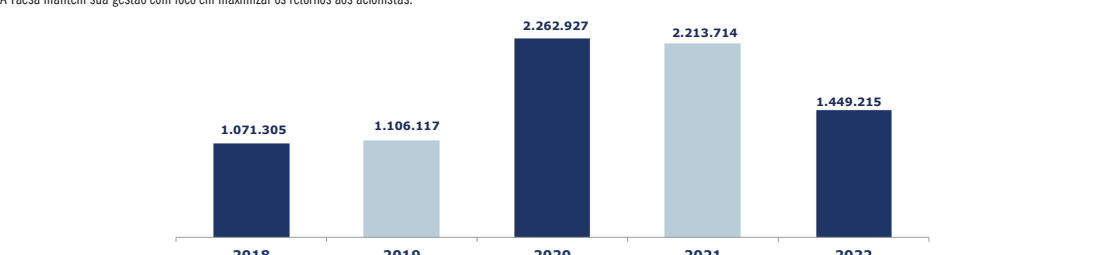


Proteção natural contra a inflação

Ciclo	IPCA	IGP-M
2018 / 2019	2,90%	4,30%
2019 / 2020	4,70%	7,60%
2020 / 2021	1,80%	6,50%
2021 / 2022	8,00%	37,00%
2022 / 2023	11,73%	10,72%

Como as receitas são ajustadas anualmente pelo IGP-M ou IPCA, o negócio da Taesa é naturalmente protegido contra a inflação. A RAP é anualmente ajustada a cada 1º de julho, pelo índice de inflação de 12 meses, de junho do ano anterior a maio do ano em referência.

Lucro líquido consolidado



Destacamos os principais fatores que influenciaram o lucro líquido do exercício de 2022 em comparação ao exercício de 2021:

- **Receitas**
- **Operação e manutenção** – O crescimento de 22,10% em 2022 refere-se, basicamente, (i) ao reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067/22 (IGP-M 10,72% e IPCA 11,73%), (ii) ao início da operação da concessão Janaúba, a partir do mês de setembro de 2021 e (iii) a entrada em operação da concessão Sant'Ana a partir do mês de março e outro trecho a partir do mês de novembro de 2022.
- **Remuneração do ativo de contrato de concessão** – O crescimento 29,79% em 2022 deve-se, basicamente, ao início das operações: (i) da concessão Janaúba em setembro de 2021, (ii) da concessão Sant'Ana parcial em março e novembro de 2022, e (iii) do reforço da concessão São Pedro em dezembro de 2021.
- **Correção monetária do ativo de contrato de concessão** – Declínio de 53,51% em 2022 refere-se, basicamente, (i) pelas variações dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados (IGP-M 5,90% x 17,86% e IPCA 5,90% x 10,74%).
- **Implementação de infraestrutura** – A redução de 71,43% em 2022 refere-se aos menores investimentos nos projetos Janaúba e Sant'Ana. Parte dessa redução foi compensada por maiores investimentos nas concessões Ananai e Pitiguarú.
- **Parcela variável** – No aumento de 189,32% em 2022 refere-se, basicamente, aos seguintes eventos: (i) queda de torres na concessão NVT, (ii) queda de torres na concessão ATE decorrente de um evento climático intenso, (iii) intervenção no banco de autotransformadores na concessão NTE e (iv) rompimento de cabo condutor, em decorrência dos fortes ventos e chuvas, na concessão Munirair.
- **Outras receitas operacionais** – O aumento de 92,8% em 2022 refere-se, basicamente ao, registro das duas primeiras RAPs parciais referentes ao Trecho 2 e da primeira RAP referente ao Trecho 3 da concessão Sant'Ana.
- **Deduções da receita bruta**
- **Deduções da receita bruta** – A redução de 14,51% em 2022 ocorreu em função da redução da receita bruta, impactando os tributos sobre a receita.
- **Custos e Despesas**
- **Impostos e despesas** – O aumento de 14,88% em 2022 refere-se, basicamente, (i) ao reajuste salarial dos funcionários pelo acordo coletivo, e (ii) às novas contratações.
- **Despesas Financeiras** – O aumento de 8,89% em 2022 refere-se aos menores investimentos de implementação de infraestrutura em função da operacionalização dos projetos das concessões Janaúba, Sant'Ana (parcial) e reforço da concessão São Pedro. Parte dessa redução foi compensada com a maior realização de investimentos nas concessões Ananai e Pitiguarú, ambas em operação.
- **Serviços de terceiros** – O aumento de 4,94% em 2022 refere-se, basicamente, (i) à ampliação dos estudos e assessoria para participação nos leilões de transmissão, (ii) aos aumentos dos custos com supressão vegetal/impeça de faixa de servidão, basicamente, pela (a) operacionalização de Janaúba e (b) atualização monetária dos contratos; e (iii) ao maior custo com serviços de manutenção e reparação para os ativos de transmissão.

Outros custos e despesas – Aumento de 208% em 2022 refere-se, basicamente, (i) à provisão para contrato oneroso na concessão Sant'Ana, (ii) aos maiores gastos relacionados a seguros de veículos, riscos operacionais, responsabilidades civis e combustíveis, e (iii) pelas baixas de estoque nas concessões ETEO, ATE, ATE II, ATE III.

• **Resultado de Equivalência Patrimonial**

A redução de 27,71% em 2022 refere-se, basicamente, (i) ao impacto na receita de correção monetária das participadas em função da redução dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados (IGP-M 5,90% x 17,89% e IPCA 5,90% x 10,74%), (ii) aos ajustes na margem de contribuição de Aimorés, Paraguaçu e ESTE, (iii) a redução da margem de construção na concessão Ivaí em função da redução dos investimentos em 2022, (iv) a provisão para parcela variável nos projetos Aimorés e Paraguaçu, (v) ao efeito positivo na concessão ETAU em função da alteração do regime tributário com resultado na base de tributos e impostos diferidos; e (vi) ao reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067/22 (IGP-M 10,72% e IPCA 11,73%).

• **Resultado Financeiro**

Receitas financeiras – Aumento de 381,27% na receita financeira deve-se ao maior caixa médio aplicado, em função dos recursos captados via 11ª e 12ª emissões de debêntures e pelo aumento do CDI entre os períodos comparados (12,39% x 4,39%).

Despesas financeiras – O aumento de 8,89% em 2022 refere-se, principalmente, (i) à ampliação dos encargos e custos pelo aumento da dívida após as captações de recursos (11ª e 12ª emissões de debêntures) e ao aumento do CDI; (ii) à variação monetária foi impactada pela redução do IPCA entre os períodos comparados (5,79% x 10,06%); (iii) à liquidação antecipada da dívida 4.131; (iv) ao PIS e COFINS sobre receitas financeiras; e (v) ao IFRS incidente sobre os rendimentos das aplicações financeiras com prazo inferior a 30 dias e, (vi) a atualização (pela taxa SELIC) das obrigações P&D.

• **Impostos e contribuições sociais**

A redução dos impostos e contribuições diferidos ocorreu em função da redução da receita bruta societária e pelo efeito líquido da constituição/box dos impostos diferidos de Miracema e Brasnorte em função da alteração do regime tributário. O aumento dos impostos e contribuições reduzidas, deve-se, basicamente, ao incremento da RAP pelo reajuste do ciclo 2022-2023 em função da operacionalização das concessões Janaúba e EBITDA ajustado x EBITDA padrão

	2022	2021	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	2.616.517	3.472.049	(855.532)	-24,64%
EBITDA	1.901.379	2.676.467	(775.088)	-28,96%
Margem EBITDA - Ajustado	72,67%	77,89%	-4,22pp	
Reconstrução do EBITDA - ajustado				
Lucro do exercício	1.449.215	2.213.714	(764.499)	-34,53%
Equivalência Patrimonial	(564.887)	(781.438)	216.551	-27,71%
Resultado financeiro	737.557	810.109	(72.552)	-8,96%
Imposto de renda e contribuição social	254.516	411.430	(156.914)	-38,14%
Depreciação	24.978	22.652	2.326	10,27%
EBITDA - Ajustado	1.901.379	2.676.467	(775.088)	-28,96%

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 23/03/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/23/TAESA1568418023032023.pdf

Hash: 16795137629f0444bb9b564a86b4429c87d941177b



	2022	2021	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	2.616.517	3.472.049	(855.532)	-24,64%
EBITDA	2.466.266	3.457.905	(991.639)	-28,68%
Margem EBITDA - padrão	94,26%	90,14%	4,12pp	

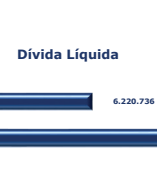
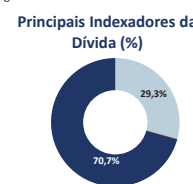
Reconciliação da EBITDA

	2022	2021	Var	Var (%)
Lucro do exercício	1.449.215	2.213.714	(764.499)	-34,53%
Resultado financeiro	737.557	810.109	(72.552)	-8,96%
Imposto de renda e contribuição social	254.516	411.430	(156.914)	-38,14%
Depreciação	24.978	22.652	2.326	10,27%
EBITDA padrão	2.466.266	3.457.905	(991.639)	-28,68%

EBITDA padrão - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA padrão não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA padrão apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Resolução CVM nº 156 de 24 de junho de 2022, estabelece a divulgação voluntária do cálculo do EBITDA padrão. **EBITDA ajustado** - É o EBITDA padrão somado ao valor da equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o EBITDA ajustado é conservador em relação ao EBITDA padrão, pois não considera o resultado de equivalência patrimonial de suas investidas.

	2022	2021
Circulante	634.734	949.513
Não circulante (inclui os instrumentos financeiros derivativos)	7.560.266	5.665.995
Dívida bruta	8.195.000	6.615.508
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(1.093.471)	(394.772)
Dívida líquida	7.101.529	6.220.736
Dívida líquida/EBITDA padrão	2,88	1,80
Dívida líquida/EBITDA ajustado	3,73	2,32

Dívida Líquida - Não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e, também, não é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A Dívida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos e Debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa e os Títulos e Valores Mobiliários. A Dívida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.



MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado da Companhia era de R\$11,9 bilhões (R\$12,5 bilhões em 31 de dezembro de 2021).

Desempenho das Unidades



Rating

Em 2022, a Companhia teve seus ratings afirmados pelas agências Fitch Ratings ("Fitch") e Moody's Local Brasil ("Moody's"), com alteração na perspectiva dos ratings pela Fitch. Em julho de 2022, a Fitch revisou as perspectivas de ratings para moeda estrangeira de várias empresas brasileiras para estável decorrente de uma revisão positiva na perspectiva de ratings do crédito soberano brasileiro que previamente limitava os ratings de certas empresas, incluindo a Taesa. Em janeiro de 2023, a Fitch afirmou novamente os Ratings da Taesa e revisou a perspectiva do rating global para moeda local para negativa, sem alteração da perspectiva na escala nacional, que continua em estável. A Moody's manteve sua nota "AAA.br" e perspectiva estável. As agências Moody's e Fitch monitoram o risco de crédito da Taesa, mantendo atribuição da maior nota na classificação de rating na Escala Nacional e Companhia, refletindo uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa comprovado por sólidos indicadores de crédito e liquidez.

Rating	Rating	Perspectiva
Rating para moeda local	BBB-	Negativa
Rating para moeda estrangeira	BB	Estável
Rating em escala nacional	AAA(br)	Estável

Moody's	Rating	Perspectiva
Ratings Escala Nacional Brasileira	AAA.br	Estável

GESTÃO TÉCNICA

Manutenções especializadas em todos os ativos de transmissão, fazem da equipe técnica da Taesa um diferencial competitivo em seus processos operacionais, que tem investido de forma contínua na capacitação de seus equipes de manutenção e operação, bem como em metodologias para melhorar os resultados das intervenções nas instalações. Destacam-se, ainda, os serviços especiais em Linha Viva, que possibilitam uma efetiva intervenção nos equipamentos sem a necessidade de deslocamentos de instalações, contribuindo para o aumento da disponibilidade das subestações e linhas de transmissão. Os planos de manutenção em dia, cooperam para a disponibilidade operacional das linhas de transmissão nos patamares mais elevados de desempenho de forma consistente, contribuindo assim para maior confiabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional. Sistemáticamente são desenvolvidos estudos e propostas para a implantação de novos equipamentos e sistemas nas subestações, denominados como "Reforços" e "Melhorias". As Melhorias têm como objetivo manter a qualidade na prestação dos serviços da Companhia, e os Reforços, após aprovados pela ANEEL, garantem à Companhia uma receita adicional para fazer frente aos investimentos necessários para a ampliação da capacidade de transmissão das instalações, ou aumento da confiabilidade do sistema.

RELACIONAMENTO COM OS ADOPTANTES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tomhatis Auditores Independentes LTDA presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia e suas controladas desde abril de 2022. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente por três anos consecutivos, reajustado pelo IPCA. O valor referente aos serviços de auditoria controlada para o exercício de 2022 foi de R\$1.615. As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objeção e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Balanco Social Anual - 2022 e 2021 - Informações Consolidadas									
	2022			2021					
1 - Base de Cálculo									
Receita líquida (RL)			2.616.517			3.472.049			
Resultado operacional (RO)			1.876.401			2.653.815			
Folha de pagamento bruta (FPB)			210.244			183.008			
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL			
Alimentação	8.328	3,96%	0,32%	7.118	3,89%	0,21%			
Encargos sociais compulsórios	41.695	19,83%	1,59%	34.962	19,10%	1,01%			
Previdência privada	3.702	1,76%	0,14%	3.046	1,66%	0,09%			
Saúde	12.611	6,00%	0,48%	9.889	5,40%	0,28%			
Segurança e saúde no trabalho	404	0,19%	0,02%	370	0,20%	0,01%			
Educação	101	0,05%	0,00%	120	0,07%	0,00%			
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.313	0,62%	0,05%	1.091	0,60%	0,03%			
Creches ou auxílio-creche	963	0,46%	0,04%	599	0,33%	0,02%			
Participação nos lucros ou resultados	32.649	15,53%	1,25%	26.930	14,72%	0,78%			
Outros	16	0,01%	0,00%	130	0,07%	0,00%			
Total - Indicadores sociais internos	101.782	48,41%	3,89%	84.255	46,04%	2,43%			
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL			
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Cultura	810	0,04%	0,03%	1.544	0,08%	0,04%			
Saúde e saneamento	114	0,01%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Esporte	203	0,01%	0,01%	267	0,01%	0,01%			
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	364	0,02%	0,01%			
Outros	405	0,02%	0,02%	653	0,03%	0,02%			
Total das contribuições para a sociedade	1.532	0,08%	0,06%	2.828	0,11%	0,08%			
Tributos (excluídos encargos sociais)	435.712	23,22%	16,65%	740.248	27,89%	21,32%			
Total - Indicadores sociais externos	437.244	23,30%	16,71%	743.076	28,00%	21,40%			
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL			
Investimentos relacionados com a produção/desenvolvimento da empresa	2.222	0,12%	0,08%	2.794	0,11%	0,08%			
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%			
Total dos investimentos em meio ambiente	2.222	0,12%	0,08%	2.794	0,11%	0,08%			

Quantos ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:

- () não possui metas
- () cumpre de 0 a 50%
- () cumpre de 51 a 75%
- (x) cumpre de 76 a 100%

Balanco Social Anual - 2022 e 2021 - Informações Consolidadas									
	2022			2021					
5 - Indicadores de Corpo Funcional									
Nº de empregados(as) no final do período			732			701			
Nº de admissões durante o período			96			97			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)			-			-			
Nº de estagiários(as)			37			32			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos			161			146			
Nº de mulheres que trabalham na empresa			143			126			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			22,97%			19,72%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa			327			236			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)			28,38%			22,54%			
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais			22			21			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial									
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			9747%			8724%			
Número total de acidentes de trabalho			-			1			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as) + Cipa	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() não se envolve
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são considerados	() não são considerados	() são considerados	() não são considerados	() são considerados	() não são considerados	() são considerados	() não são considerados
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(x) não se envolve	(x) apoia	() não se envolve	(x) apoia	() não se envolve	(x) apoia	() não se envolve	(x) apoia	() não se envolve
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	0%	na Justiça	na empresa	0%	na Justiça	na empresa	0%	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2022: 3.070.848			Em 2021: 3.953.258					
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	17,62% governo / 40,53 % acionistas / 6,66% retido / 29,39% terceiros / 5,80% empregados			18,73% governo / 45,28 % acionistas / 10,72% retido / 21,36% terceiros / 3,92% empregados					

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos				
Ativos circulantes				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.083.174	384.824	759.628
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	202.942	212.069	131.587
Ativo de contrato de concessão	7	1.573.209	1.320.728	828.059
Impostos e contribuições sociais correntes	8	244.886	160.867	224.948
Dividendos a receber	12	128.081	208	227.643
Outras contas a receber e outros ativos		57.376	56.457	41.258
Total dos ativos circulantes		3.089.668	2.135.183	2.212.441
Ativos não circulantes				
Títulos e valores mobiliários	5	10.297	9.948	5.508
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	32.606	21.332	27.181
Ativo de contrato de concessão	7	10.119.266	9.799.690	4.521.653
Outras contas a receber		47.833	35.616	24.754
Depósitos judiciais		56.301	64.771	41.405
Instrumentos financeiros derivativos	18	1.149	207.267	1.149
Investimentos	11	3.611.309	3.436.678	7.848.205
Direito de uso		4.788	12.457	4.184
Imobilizado		198.924	73.891	197.522
Intangível		136.940	98.201	98.736
Total dos ativos não circulantes		14.716.413	13.780.452	12.808.401
Total dos ativos		17.806.081	15.915.635	15.020.842
Passivos				
Passivos circulantes				
Fornecedores	13.1	133.728	131.622	72.161
Empréstimos e financiamentos	13.2	11.970	15.672	6.446
Debêntures	13.2	622.764	933.841	607.452
Passivo de arrendamento		3.187	8.533	2.472
Impostos e contribuições sociais correntes	8	38.967	58.894	37.646
Taxas regulamentares		62.068	51.679	52.800
Dividendos a J/P a pagar	12	26.105	147.048	26.105
Outras contas a pagar		122.728	69.841	70.741
Total dos passivos circulantes		1.021.517	1.417.130	856.204
Passivos não circulantes				
Empréstimos e financiamentos	13.1	420.289	614.073	372.293
Debêntures	13.2	7.094.889	5.225.510	6.100.129
Instrumentos financeiros derivativos	18	46.237	33.679	46.237
Passivo de arrendamento		3.089	7.257	3.014
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	1.385.697	1.172.751	769.022
Tributos diferidos	10	666.225	638.209	260.865
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e civis	14	59.429	49.126	33.261
Provisão para desmobilização de ativos		33	457	33
Outras contas a pagar		41.200	52.687	24.192
Total dos passivos não circulantes		9.171.		



Concessão	Ciclo 2022-2023 Resolução 2.854 de 09/10/2022 Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Ciclo 2021-2022 Resolução 2.895 de 05/10/2021 (i) Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Ciclo 2020-2021 Resolução 2.725 de 14/07/2020 Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
	TSN	506.200	(5.618)	500.582	457.100	(4.399)	452.701	325.134	(3.212)
GTE	8.918	(268)	8.650	8.054	(268)	7.786	5.877	(45)	5.832
MUN	33.087	(1.032)	32.055	29.883	(1.091)	28.792	28.957	450	29.407
PAT	26.748	(679)	26.069	23.851	(650)	23.201	17.405	(68)	17.337
ETEO	159.885	(4.997)	154.888	144.400	(4.837)	139.563	105.373	(997)	104.376
NVT (ii) e (iii)	535.401	(16.732)	518.669	483.263	(16.925)	466.338	352.463	(1.189)	351.274
STE	77.165	(1.775)	75.390	69.531	(1.770)	67.761	50.610	(190)	50.420
NTE	139.874	(3.545)	136.329	126.085	(4.032)	122.053	92.101	(410)	91.691
ATE	135.261	(3.473)	131.788	122.078	(4.703)	117.375	115.113	(1.657)	113.456
ATE II	211.782	(10.559)	201.223	273.639	(15.172)	258.467	275.495	(2.544)	272.951
ATE III (ii)	144.196	(4.898)	139.298	138.241	(4.523)	133.718	127.711	(724)	126.987
SGT	6.662	(4)	6.658	5.963	(338)	5.625	5.518	(815)	4.703
BRAS (ii) e (iii)	34.262	(1.014)	33.248	30.788	321	31.109	28.123	(77)	28.046
MAR	19.837	(7.111)	19.126	17.754	(444)	17.310	16.431	9	16.440
MIR (ii) e (iii)	83.270	(2.987)	80.283	74.527	(1.822)	72.705	67.939	1.249	69.188
SPT (ii)	64.729	(1.684)	63.045	52.887	108	52.995	46.533	(2.542)	43.991
SJT (ii)	60.170	(882)	59.288	53.853	(5.189)	48.664	49.835	(34.649)	15.186
LNT	15.519	(574)	14.945	13.890	(350)	13.540	12.854	(525)	12.329
JAN (iv)	233.767	(6.678)	227.089	213.631	-	213.631	-	-	-
SMN (v)	74.949	(327)	74.622	67.080	-	67.080	-	-	-
Total	2.571.682	(66.437)	2.505.245	2.406.488	(66.084)	2.340.414	1.723.472	(47.938)	1.675.536

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021. (ii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões ATE III, MIR, BRA, NVT, SJT e SPT foram alterados pelo Despacho nº 1.639/2021, que julgou os recursos administrativos interpostos pela Companhia em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças serão recebidas no ciclo 2021-2022. (iii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões BRA, MIR e NVT foram ajustados de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que refletiu os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020. (iv) A JAN entrou em operação comercial em 1º de setembro de 2021. (v) A SAN entrou em operação comercial parcial com RAP retroativa a 28 de março de 2022, de aproximadamente 23% do valor total da RAP. Em dezembro de 2022, outra parte do empreendimento foi concluída e a partir de 8 de dezembro de 2022, passou a receber aproximadamente 55% do valor total da RAP.

7. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Concessão	Mutações do ativo de contrato de concessão					
	31/12/2021	Adição (a) (taxa) (*)	Contrato oneroso (**)	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos e outros
TSN	822.776	(25.008)	-	81.332	39.417	(116.507)
MUN	58.048	2.890	-	6.230	2.678	(7.345)
GTE	30.879	-	-	3.392	1.731	(4.968)
PAT	131.559	(98)	-	10.210	5.119	(16.458)
ETEO	449.143	-	-	45.847	25.425	(79.116)
NVT	1.638.588	(14.427)	-	236.065	92.236	(316.290)
NTE	403.351	(67)	-	58.675	22.327	(73.459)
STE	340.136	(695)	-	34.908	18.760	(49.879)
ATE	626.427	31	-	59.564	34.203	(83.061)
ATE II	875.512	118	-	72.192	47.685	(140.364)
Total Controladora	5.376.419	(37.256)	-	608.415	289.581	(887.447)
Circulante	804.492	-	-	-	-	828.059
Não circulante	4.571.927	-	-	-	-	4.571.653
MAR	219.977	-	-	16.187	38.538	(18.833)
ATE III	519.944	(20)	-	33.134	21.434	(108.147)
SGT	70.374	-	-	3.747	3.994	(5.485)
MIR	620.316	-	-	51.190	71.629	(64.045)
JAN	2.189.033	-	-	209.555	77.771	(223.104)
BRAS	234.084	-	-	25.836	(1.666)	(29.665)
SAN	518.901	94.919	(2.067)	9.163	2.011	(10.053)
SJT	642.596	-	-	39.411	24.811	(50.538)
SPT	594.265	2.352	-	39.045	32.034	(47.974)
LNT	134.689	-	-	12.197	5.320	(13.163)
ANT	-	153.415	-	-	-	-
PTG	-	5.831	-	-	-	-
Total Consolidado	11.120.418	219.241	(2.067)	1.047.880	565.457	(1.458.454)
Circulante	1.320.728	-	-	-	-	1.373.209
Não circulante	9.799.690	-	-	-	-	10.119.266

(*) Referem-se a baixa de reforços que não terão recebimento de RAP. (**) Ao longo da execução do empreendimento da SAN, foram identificadas novas necessidades de implantação que serão discutidas junto ao órgão regulador a posteriori.

Concessão	Mutações do ativo de contrato de concessão					
	31/12/2020	Adição (a)	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2021
TSN	687.102	2.152	75.368	151.125	(92.971)	822.776
MUN	59.173	2.095	5.346	1.938	(9.604)	58.048
GTE	27.313	-	3.168	4.477	(4.079)	30.879
PAT	118.479	4	9.598	17.060	(13.582)	131.559
ETEO	404.226	-	43.678	66.181	(64.942)	449.143
NVT	1.403.286	2.122	219.734	272.854	(259.408)	1.638.588
NTE	351.598	253	53.981	57.748	(60.229)	403.351
STE	296.936	184	32.294	51.542	(40.820)	340.136
ATE	645.458	59	52.641	9.431	(81.162)	626.427
ATE II	854.688	63	72.180	139.099	(190.518)	875.512
Total Controladora	4.848.259	6.932	567.988	770.555	(817.315)	5.376.419
Circulante	728.784	-	-	-	-	804.492
Não circulante	4.119.475	-	-	-	-	4.571.927
MAR	202.654	-	11.863	20.642	(15.362)	219.797
ATE III	487.604	19	34.252	99.536	(101.467)	519.944
SGT	65.324	-	3.497	6.541	(4.988)	70.374
MIR	554.845	-	52.162	69.516	(56.207)	620.316
JAN	1.576.026	548.168	33.552	102.321	(71.034)	2.189.033
BRAS	213.921	-	23.889	23.161	(26.887)	234.084
SAN	201.816	317.085	-	-	-	518.901
SJT	593.680	-	36.589	58.283	(45.956)	642.596
SPT	510.736	42.827	32.591	47.527	(39.416)	594.265
LNT	117.332	-	10.975	18.194	(11.812)	134.689
Total Consolidado	9.372.197	915.031	807.358	1.216.276	(1.190.444)	11.120.418
Circulante	1.015.498	-	-	-	-	1.320.728
Não circulante	8.356.699	-	-	-	-	9.799.690

(a) As principais adições estão relacionadas aos reforços e às novas construções de subestações e linhas de transmissão.

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (ii)
Novas Construções						
PTG	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato de Concessão ANEEL 015/2022	R\$18.787	R\$243.153	Março de 2027	ADE da RFB nº 10/2023 (iii)
ANT	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 001/2022	R\$145.139	R\$1.750.054	Março de 2027	ADE da RFB nº 102/2022 (iii)
JAN	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 015/2017	R\$233.767	R\$959.604	Energização concluída em 01/09/2021	ADE da RFB nº 119/2017 (iii)
SAN	Implantação das linhas de transmissão, construção de subestações associadas.	Contrato Concessão ANEEL 012/2019	R\$74.949	R\$610.364	Março de 2023 (iv)	ADE da RFB nº 89/2019 (iii)
Reforços						
NVT	Substituição do Banco de Capacitores na subestação Imperatriz e substituição do Banco de Capacitores na subestação Colinas	Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.823/2022	R\$29.481	R\$189.298	Maio de 2025	-
NVT	Substituição do Banco de Capacitores na subestação Colinas	Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.850/2022	R\$11.388	R\$73.265	Abril de 2025	-
TSN	Instalação de banco de reatores monofásicos (3 fases mais uma unidade reserva) limitadores de corrente de curto circuito no terciário do ATR-05T1.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.761/2019	(i)	(i)	Dezembro de 2022	Não há
TSN	Instalação de banco de reatores monofásicos (3 fases mais uma unidade reserva) limitadores de corrente de curto circuito no terciário do ATR-05T2.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.761/2019	(i)	(i)	Dezembro de 2022	Não há
TSN	Instalação de banco de reatores monofásicos (3 fases mais uma unidade reserva) limitadores de corrente de curto-circuito no terciário do ATR-05T3.	Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.761/2019	(i)	(i)	Dezembro de 2022	Não há
SPT	Implantação do segundo autotransformador 500/230 kV	Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.091/2019	R\$5.638	R\$35.079	Concluído em 22/12/2021	ADE da RFB nº 191/2019

(i) A RAP será estabelecida somente após o ciclo posterior a conclusão do projeto. (ii) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. (iii) Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil. (iv) O empreendimento foi parcialmente concluído em 28 de março de 2022 e em 30 de novembro de 2022, passando a receber RAP proporcional.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	229.012	137.932	213.387	124.796
PIS e COFINS a compensar	660	835	507	666
Impostos e contribuições retidos	8.721	17.913	6.962	16.795
Outros	6.483	4.217	3.410	2.688
Ativo circulante	244.886	169.897	224.266	144.943
IRPJ e CSLL correntes	11.313	8.177	-	-
PIS e COFINS	11.772	34.808	7.262	26.045
INSS e FGTS	5.700	2.232	4.458	2.299
ICMS	3.731	3.419	2.380	1.973
ICMS	1.754	3.079	583	718
IRRF	3.901	2.587	3.020	2.135
Parcelamento de auto de infrações	-	4.118	-	4.118
Outros	796	474	324	361
Passivo circulante	38.967	58.894	18.027	31.646

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os créditos fiscais referentes ao aproveitamento econômico do ativo de incorporação foram contabilizados de acordo as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, substituídas pela Resolução CVM nº 78/22 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
TAESA (Controladora)	361.965	(1.130.987)	(769.022)	401.277
JAN	68.396	(405.060)	(336.664)	68.282
ATE III	4.094	(61.967)	(57.873)	8.803
BRAS	-	(19.787)	(19.787)	1.257
SGT	-	(2.237)	(2.237)	(2.168)
SAN	-	(18.877)	(18.877)	(15.982)
MIR	-	(124.876)	(124.876)	(19.106)
MAR	-	(7.875)	(7.875)	(6.770)
SPT	-	(19.087)	(19.087)	(18.303)
SJT	-	(20.213)	(20.213)	(19.792)
LNT	-	(4.281)	(4.281)	(4.147)
ANT	-	(4.725)	(4.725)	-
PTG	-	(180)	(180)	-
Consolidado	434.455	(1.820.152)	(1.385.697)	479.619
Controladora</				



Balanco patrimonial	31/12/2022			31/12/2021		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	47.928	461.802	509.730	55.007	621.522	676.529
Investimento total da Taesa	1.486.037	2.125.272	3.611.309	1.207.166	2.229.512	3.436.678
Demonstração do resultado	31/12/2022			31/12/2021		
Receita operacional líquida	1.250.273	992.711	2.242.984	1.661.484	1.310.535	2.972.019
Custos e despesas	(465.483)	(126.730)	(592.213)	(824.913)	(102.439)	(927.352)
Resultados financeiros	23.213	24.135	47.348	23.233	13.894	37.127
Despesas financeiras	(241.107)	(236.485)	(477.592)	(295.960)	(149.318)	(445.278)
Resultado financeiro	(217.894)	(212.350)	(430.244)	(272.727)	(135.424)	(408.151)
Equivalência patrimonial	-	394.107	394.107	-	328.197	328.197
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(183.808)	(117.825)	(301.633)	(191.727)	(238.316)	(430.043)
Resultado do período	383.088	929.913	1.313.001	372.117	1.162.553	1.534.670
Resultado do período - participação da Taesa	202.620	414.274	616.894	193.072	527.056	720.128
Apropração do valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	(7.076)	(44.931)	(52.007)	8.323	52.987	61.310
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	195.544	369.343	564.887	201.395	580.043	781.438

(i) Implementação de infraestrutura em andamento

Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI 1
Nova construção						
Ivaí	Implantação de linhas de transmissão e subestações e ampliação das subestações associadas.	Contrato Concessão 022/2017	R\$361.620	R\$1.936.474	Ao longo de 2023 ²	Portaria MME nº 355/2017, ADE da RFB nº 10/2018

¹ Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. ² Entrada em operação parcial em 2022, conforme nota explicativa 24.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
IVAÍ	Itaú	dez-43	(e)	IPC-A + 4,9982%	2.259.998	2.021.689
ETAU	BANDES Giro	ago-23	(c)	TLP + 2,78%	2.293	5.751
Controladas em conjunto					2.262.291	2.027.440
EATE	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	11.456
EATE	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	9.286	27.805
EATE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	287.341	278.014
EATE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	206.461	203.844
EATE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	111.888	-
EATE	Bradesco	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	23.290
ECTE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	53.175	51.427
ECTE	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	68.226	77.926
ECTE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.568	50.897
ECTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	60.988	-
ECTE	Santander	dez-28	(d)	PCDA + 5,29%	393.142	370.124
ENTE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	53.171	51.420
ENTE	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	102.981	102.457
ENTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	30.450	-
ETEP	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	5.519	16.522
ETEP	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	92.681	92.211
ETEP	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.568	50.899
ETEP	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	35.540	-
EBTE	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	11.020	32.984
EBTE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.568	50.899
EBTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	45.719	-
TRANSDESTE	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	9.188
TRANSLESTE	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	10.806
TRANSLESTE	BDMG	fev-25	(c)	9,50%	5.361	7.835
TRANSLESTE	BNB	mar-25	(c)	9,50%	1.648	2.384
TRANSRAPE	Itaú	set-22	(a)	107,75% do CDI	-	7.300
TRANSRAPE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.572	50.904
TRANSRAPE	BDMG	abr-26	(b)	TLP + 6,5%	1.929	2.488
TRANSRAPE	BDMG	jan-24	(b)	3,50%	2.585	4.970
TRANSRAPE	BDMG	out-29	(b)	TLP + 3,5%	3.024	3.439
Coligadas diretas e indiretas					1.788.411	1.591.489
					4.050.702	3.618.929

(a) Sem garantias; (b) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transmissas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia; (c) Carta de Fiança emitida pela Taesa, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado, no limite de R\$225, proporcional à sua participação acionária; (d) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da Taesa de 49,99% do montante total; (e) Fiança proporcional da CTEEP de 50,00% e da Taesa de 50,00% do montante total. Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2022, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(ii) Provisão para riscos trabalhistas e civis, e passivos contingentes

	Provisão para riscos			Passivos contingentes		
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	
Paraguauçu	2.626	-	-	1.938	-	-
Aimorés	1.732	-	-	231	-	-
ETAU	257	141	111	51	51	-
Controladas em conjunto	4.615	141	2.280	51	51	-
EATE	234	393	5.100	4.525	-	-
EBTE	-	26	553	449	-	-
ECTE	-	52	-	240	-	-
ETEP	-	7	-	-	-	-
ENTE	600	-	196	1.342	-	-
Transleste	40	-	-	-	-	-
Transdeste	40	-	-	-	-	-
Transrapé	40	-	-	-	-	-
Coligadas diretas	954	478	5.849	6.556	-	-
	5.569	619	8.129	6.607	-	-

(v) Receita Anual Permitida

Concessão	Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
	Resolução 3.067 de 12/07/2022	Resolução 3.067 de 12/07/2022	Resolução 3.067 de 12/07/2022	Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i)	Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i)	Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i)	Resolução nº 2.725 de 14/07/2020	Resolução nº 2.725 de 14/07/2020	Resolução nº 2.725 de 14/07/2020
	Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023	Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023	Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023	Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022	Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022	Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022	Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021	Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021	Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU (ii)	57.205	1.838	59.043	51.665	2.274	53.939	39.506	1.786	41.292
Aimorés (iii)	95.624	(123)	95.501	-	-	-	-	-	-
Paraguauçu (iv)	142.723	-	142.723	-	-	-	-	-	-
ENTE	204.243	(6.387)	197.856	184.456	(5.262)	179.194	134.579	(2.169)	132.410
EATE (v)	396.748	(11.503)	385.245	358.143	(11.526)	346.617	261.211	(2.107)	259.104
EBTE	60.615	(4.986)	55.629	54.250	(1.229)	53.021	48.889	1.223	50.112
ECTE	86.238	(2.628)	83.610	77.886	(2.587)	75.299	56.825	(542)	56.283
ETEP	89.207	(2.267)	86.940	80.563	(2.620)	77.943	58.788	(461)	58.327
ERTE	46.503	(18.685)	27.818	41.999	(17.292)	24.707	30.648	(12.395)	18.253
STC	43.268	(1.605)	41.663	52.396	(1.265)	51.131	48.133	(769)	47.364
Lumitrans	30.338	(1.521)	28.817	43.634	(1.487)	42.147	31.841	(346)	31.495
ESDE	17.520	(312)	17.208	15.680	(220)	15.460	14.363	(482)	13.881
ETSE	32.982	127	33.109	25.408	(214)	25.194	21.485	(142)	21.343
ESTE (vi)	135.205	(1.110)	134.095	-	-	-	-	-	-
EDTE (v)	83.645	(2.534)	81.111	76.120	(2.579)	73.541	70.445	597	71.042
Transrapé	43.521	1.564	45.085	54.365	(3.090)	51.275	41.048	1.774	42.822
Transleste	37.004	(1.280)	35.724	33.421	(1.626)	31.795	35.664	(472)	35.192
Transdeste	22.936	(1.167)	21.769	34.154	(1.387)	32.767	30.231	(324)	29.907
TOTAL	1.625.525	(52.579)	1.572.946	1.184.140	(50.110)	1.134.030	923.656	(14.829)	908.827

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021. (ii) O valor da RAP do ciclo 2020-2021 da concessão ETAU foi alterada pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou o recurso administrativo interposto pela concessionária em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças serão recebidas no ciclo 2021-2022. (iii) A concessão Aimorés entrou em operação comercial em 06 de maio de 2022. (iv) A concessão Paraguauçu entrou em operação comercial em 27 de julho de 2022. (v) Os valores RAP das concessões EATE e EDTE do ciclo 2020-2021, foram ajustadas de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que reificou os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020. (vi) A ONS autorizou a concessão ESTE a receber receita a partir de 09 de fevereiro de 2022.

12. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber - OCR, Outras Contas a Pagar - OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissórias - CRCP: a) Ativos e receitas:

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
1	OCR x Outras receitas - Back-office - ETAU	R\$69 Valor mensal	09/07/2018 a 09/07/2023	Multa de 2% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
2	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - ETAU	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso o valor do rateio supere o montante anual de R\$ 2.386, a contratante poderá solicitar a revisão.
3	OCR x Outras receitas - O&M - ETAU	R\$14 Valor mensal	01/12/2021 a 30/11/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
4	OCR x Outras receitas - O&M (LT Barra Grande) - ETAU	R\$21 Valor mensal	23/12/2021 a 23/12/2026	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
5	OCR x Outras receitas - O&M - AIMORÉS	R\$23 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
6	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - AIMORÉS	N/A	16/02/2022 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
7	OCR x Outras receitas - O&M - PARAGUAUÇU	R\$24 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Inadimplemento de qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.
8	OCR x Outras receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - PARAGUAUÇU	N/A	16/02/2022 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização através do termo aditivo.
9	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - PARAGUAUÇU (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.
10	OCR x disponibilidades - Contrato de compartilhamento de infraestrutura - EDTE	R\$229 Valor total	27/12/2018 até a extinção da concessão.	Multa de 2% a.m. / juros de mora 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA.	Não houve.

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
11	CRCP x Outras receitas - Contrato de prestação de serviços de transmissão de energia elétrica (FSTEL) - Grupo Taesa x CEMIG	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão.	Juros efetivos de mora de 12% a.a. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, conforme atualização da RCP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.
12	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviços de transmissão de energia elétrica (FSTEL) - Grupo Taesa x CEMIG	Valores apurados pela ONS mensalmente através do relatório de aviso de crédito.	Até o término da concessão.	Não Aplicável.	Não Aplicável.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Ativo		Receita	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Transações com Controladas em Conjunto					
1	Serviços de "back-office" Taesa x ETAU	-	-	-	1.092
2	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x ETAU	160	88	1.747	88
3	Serviços de O&M - Taesa x ETAU	16	17	188	21



TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - TAESA
CNPJ/MF 07.859.971/0001-30

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
- Instrumentos financeiros derivativos	46.237	33.679	46.237	33.679
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:				
- Fornecedores	133.728	131.622	72.161	43.702
- Empréstimos e financiamentos	55.516	68.480	1.996	8.456
- Debêntures	7.717.653	6.159.351	6.707.581	5.167.673
- Passivo de arrendamento	6.276	15.790	5.486	14.732
- Rato de antecipação e parcela de ajuste	19.855	25.785	3.825	13.296
	8.354.959	6.788.205	7.212.980	5.635.536

18.4. Risco de mercado: 18.4.1. Gestão do risco de taxa de câmbio: A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 4,59% (R\$376.743) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros e passivo de arrendamento) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos ("swaps") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros. A Companhia pretende se proteger em suas operações. **18.4.2. Gestão do risco de taxa de juros:** A receita da Companhia e seus custos são afetados mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentina aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis (CDI) calculados com base no valor do principal nominal acordado entre as partes. Esses swaps pretendem dar cobertura (hedge) às obrigações da debênture objeto do hedge. Em 31 de dezembro de 2022, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 75,11% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitos à inflação + taxa prefixada. A dívida da Companhia está segregada por indexador nas notas explicativas nº 13.1 – Empréstimos e Financiamentos e nº 13.2 – Debêntures. **18.5. Atividades de Hedge accounting e instrumentos financeiros derivativos:** Derivativos não designados como instrumentos de hedge: A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de swaps na administração das suas exposições. Esses contratos de moeda a termo não são designados como hedges de fluxo de caixa, hedges de valor justo ou hedges de investimento líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o "swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI.

	"Swap" cambial Citibank - sel/22	"Swap" cambial Citibank - Repactuação - mai/18
Valor de referência (nominal) em 31/12/2022	US\$ 70.000	-
Valor de referência (nominal) em 31/12/2021	-	US\$ 98.592
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(SOFR + Spread: 0,44%) = 11,7647	(Libor 3 meses + Spread: 0,34%) = 11,7647
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	CDI + 0,55% a.a.	106,0% CDI
Vencimento em	26/09/2023	10/05/2023
Ponta ativa em 31/12/2022	376.743	-
Ponta passiva 31/12/2022	(375.594)	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2022 (2)	1.149	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2021 (2)	-	207.267
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2022	1.149	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2021	-	207.267
Valor justo em 31/12/2022	1.149	-
Valor justo em 31/12/2021	-	207.267
Ganhos (perdas) 01/01/2022 a 31/12/2022	1.149	(86.489)
Ganhos (perdas) 01/01/2021 a 31/12/2021	-	40.533

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.
(2) Ganho não realizado, registrado no balanço patrimonial da controladora e do consolidado, decorrentes dos swaps.
Os valores estão registrados em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial. **Derivativos designados como instrumentos de hedge - Hedges de fluxo de caixa:** A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 referente a parte da emissão de suas debêntures. Os derivativos contratados foram swaps que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA mais taxas prefixadas. O efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrada abaixo:

Classificação do hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes	
						31/12/2022	31/12/2021
Hedge de fluxo de caixa	Debênture indexada a 108% do CDI	Swaps	50.000	IPCA + 3,94%	15/05/2026	2.171	-
			50.000	IPCA + 3,91%	15/05/2026	2.207	-
			100.000	IPCA + 4,00%	15/05/2026	4.327	-
			50.000	IPCA + 3,53%	15/05/2026	2.752	-
			50.000	IPCA + 3,66%	15/05/2026	2.471	-
			100.000	IPCA + 3,99%	15/05/2026	4.333	-
						18.281	

Controladora e Consolidado						
Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2022
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - sel/22 ¹	-	5.870	(7.019)	-	-	(1.149)
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - mai/18 ²	(207.267)	70.905	15.584	-	120.778	-
Contrato de SWAP (Santander) ²	11.297	(13.609)	-	6.805	11.467	15.960
Contrato de SWAP (BR Partners) ²	13.869	(13.286)	-	6.534	11.309	18.426
Contrato de SWAP (Itaú) ²	4.482	(4.471)	-	2.170	3.789	5.970
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) ²	4.031	(4.904)	-	2.752	4.002	5.881
Controladora e Consolidado	(173.588)	40.905	8.565	18.281	151.345	45.088

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos						
31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2021	
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - mai/18 ²	(157.169)	(31.484)	(9.049)	-	(207.267)	-
Contrato de SWAP (Santander) ²	15.460	16.936	-	(20.518)	(581)	11.297
Contrato de SWAP (BR Partners) ²	18.155	17.481	-	(20.917)	(850)	13.869
Contrato de SWAP (Itaú) ²	5.946	5.785	-	(6.983)	(266)	4.482
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) ²	7.500	5.409	-	(8.795)	(82)	4.031
Controladora e Consolidado	(110.108)	14.127	(9.049)	(57.214)	(173.588)	

¹ Instrumento financeiro derivativo e empréstimo mensurados ao valor justo. ² Instrumento financeiro mensurado ao valor justo e debênture ao custo amortizado.
18.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos: A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período teste relatiário, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2022 anualizado
CDI (i)	12,75%	15,94%	19,13%	12,39%
IPCA (ii)	5,90%	7,38%	8,85%	5,78%
Sofr (iii)	4,55%	5,69%	6,86%	4,31%
PTAX	5,2500%	6,5625%	7,8750%	5,2170%

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 03 de março de 2023. (ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 03 de março de 2023.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2022 - aumento (redução)		
	Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção			
Consolidado			
Níveis financeiros			
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários			
- CDI	1.092.436	3.933	38.754
Passivos financeiros			
Financiamentos e Debêntures			
- CDI	1.980.597	(7.111)	(70.242)
- IPCA	5.952.080	(6.857)	(94.650)
		(10.035)	(126.138)
Sem proteção			(242.241)

Controladora			
Níveis financeiros			
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários			
- CDI	764.558	2.752	27.123
Passivos financeiros			
Financiamentos e Debêntures			
- CDI	1.980.597	(7.111)	(70.242)
- IPCA	4.845.776	(5.582)	(77.058)
		(9.941)	(120.177)

Com proteção			
Controladora e consolidado			
Passivos financeiros (dívida protegida)			
Empréstimos e financiamentos			
- Sofr	376.743	(904)	(5.190)
- Dólar	376.743	(2.332)	(97.101)
Derivativos			
Ponta ativa - Sofr	(376.743)	904	5.190
Ponta ativa - Dólar	(376.743)	2.332	97.101
Ponta passiva - CDI	375.594	(1.348)	(13.320)
Efeito líquido		(1.348)	(13.320)

Passivos financeiros			
Debêntures			
- CDI	407.080	(1.461)	(14.437)
- IPCA	453.317	(522)	(7.209)
Derivativos			
Ponta ativa - CDI	(407.080)	1.461	14.437
Ponta passiva - IPCA	(453.317)	522	7.209

18.7. Gestão do risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras. O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CGO ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. E, através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todas transmissoras; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativo ao CCG ou a CFB. **18.8. Gestão do risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento. A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas), (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Emprestimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	71.119	1.422	959.401	4.181.633	13.859.661	19.073.236
Prefixada	327	651	999	37	-	2.014
Instrumentos financeiros derivativos		25.048	82.737	1.178.151	-	1.286.236
Consolidado	71.446	27.121	1.043.137	5.360.121	13.859.661	20.361.486
Pós-fixada	71.119	1.422	959.401	4.181.633	13.859.661	19.073.236
Prefixada	327	651	999	37	-	2.014
Instrumentos financeiros derivativos		25.048	82.737	1.178.151	-	1.286.236
Controladora	71.446	27.121	1.043.137	5.360.121	13.859.661	20.361.486

18.9. Gestão dos riscos operacionais: É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, são: **Riscos regulatórios** - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes. **Riscos de seguros** - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos. **Risco de Interrupção do Serviço** - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estão sujeitas à redução de suas receitas por períodos de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes. **Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas** - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia e de suas controladas ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia ou de suas controladas poderia sofrer um impacto adverso. Dado que a Companhia e suas controladas podem depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais. **Risco Técnico** - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à reconfiguração das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderia sofrer um impacto adverso. **Risco de contencioso** - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) documentação de controles e procedimentos; (iv) exigências para a avaliação de riscos operacionais; (v) exigências para a avaliação de riscos operacionais; (vi) desenvolvimento de planos de contingência; (vii) treinamento e desenvolvimento profissional; (viii) padrões éticos e comerciais; e (ix) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. **18.10. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros e não derivativos:** Os diferentes níveis foram definidos conforme: (i) Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos e identificados; (ii) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); (iii) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **18.10.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

	Consolidado		Controladora		Hierarquia do valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Títulos e valores mobiliários	5	10.297	9.948	5.508	4.906	Nível 2
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	1	1.082.139	380.602	759.050	176.750	Nível 2
Ativos financeiros	4	1.082.436	390.550	764.558	181.656	
Empréstimos e financiamentos	13	376.743	561.265	376.743	561.265	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	18,5	(1.149)	(207.267)	(1.149)	(207.267)	Nível 2
Passivos financeiros		375.594	353.998	375.594	353.998	

18.10.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo): Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/12/2022		31/12/2021		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Consolidado						
Debêntures - Passivos financeiros	13.2	7.717.653	7.514.929	6.159.351	5.933.954	Nível 2
Controladora						
Debêntures - Passivos financeiros	13.2	6.707.581	6.676.647	5.167.673	5.002.135	Nível 2

Debêntures: A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações. Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.449.215	2.213.714
Lucro líquido do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	828.326	1.265.289
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)		

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - TAESA

CNPJ/MF 07.859.971/0001-30

Licenças expedidas às controladas, controladas em conjunto e coligadas em construção						
Empresa	Trecho	Licença de Instalação nº	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
SAN	LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	095/2020		06/05/2022	11/11/2025	FEPAM
	LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	-	2187/2022	12/07/2022	12/01/2027	FEPAM (a)
	SE Maçambará 3	-	0335/2022	28/09/2022	29/09/2027	FEPAM
	SE Livramento 3	-	954/2022	07/02/2022	07/02/2027	FEPAM
Ivaí	LT 230kV Sarandi – Paranavai Norte CD	-	36938/2022	27/05/2022	27/05/2027	IAT
	SE 230/138kV - Paranavai Norte	-	36845/2021	01/12/2021	01/12/2026	IAT
	SE Sarandi 230kV/525kV	-	36805/21	04/10/2021	04/10/2026	IAT
	SE Londrina 525kV	-	36844/2021	01/12/2021	01/12/2026	IAT
	SE Guaira 525kV/230kV	-	36822/2021	28/10/2021	28/10/2026	IAT
	SE Foz do Iguaçu 525kV	-	23636/2021	27/10/2021	27/10/2026	IAT
	LT 525kV Guaira – Sarandi – CD	-	37003/2022	04/10/2022	04/10/2027	IAT
	LT 525kV Foz do Iguaçu – Guaira	-	36975/2022	12/08/2022	12/08/2027	IAT
	LT 525kV Sarandi – Londrina	-	36953/2022	29/06/2022	29/06/2027	IAT

(a) Retificação do número da licença feita pelo órgão, **Empreendimento Ananai** – Em 17 de dezembro de 2021, a Companhia arrematou o Lote 01 do Leilão 002/2021, de 363 Km de linhas de transmissão de 500 kV, nos estados de São Paulo e Paraná. O novo empreendimento chamado Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“ANT”), terá RAP de R\$145.139, CAPEX ANEEL de R\$1.750.054, prazo de concessão de 30 anos e prazo para construção ANEEL de 60 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, ocorrida em 31 de março de 2022. Foram protocoladas as solicitações de licenciamentos ambientais prévias junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em 19 de julho de 2022 e ao Instituto Água e Terra do Paraná, em 19 de outubro de 2022. **Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da MAR** – Em 2 de fevereiro de 2022, a Controlada Mariana assinou o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2014 firmado com a União, prorrogando em 883 (oitocentos e oitenta e três) dias o prazo da concessão de 30 (trinta) anos, ou seja, com término em 2 de outubro de 2046, gerando um ganho de R\$7.884, líquido de impostos, no resultado do exercício. O aditivo é resultado do deferimento do pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade pelo atraso na entrada em operação comercial do empreendimento (Processo nº 48500.000670/2021-54). A Diretoria Colegiada da ANEEL, ao reconhecer que o órgão ambiental excedeu o prazo para emissão das licenças cabíveis, determinou a recomposição dos prejuízos suportados por Mariana por meio da prorrogação proporcional do prazo do seu contrato de concessão. **Termo de liberação de receita da ESTE** – Em 18 de fevereiro de 2022, a coligada ESTE obteve do ONS, o Termo de Liberação de Receita (“TLR”), o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, devido à disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional (“SIN”) conforme o prazo regulatório estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), passando a adicionar para a Taesa uma RAP de R\$67,6 milhões para o ciclo 2022-2023. **Empreendimento Sant’ana** – Em 1º de abril de 2022, o ONS emitiu, os Termos de Liberação para parte do empreendimento que corresponde às linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3, retroativos à data de 28 de março de 2022. Em 7 de dezembro de 2022, o ONS emitiu os Termos de Liberação que correspondem às linhas de transmissão LT Livramento 3 – Maçambará 3, Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 (C1) e SE 230kV Maçambará 3, retroativos à data de 30 de novembro de 2022. O prazo ANEEL para energização total do projeto é março de 2023. **Empreendimento Aimorés** – Em 06 de maio de 2022, a concessão Aimorés recebeu do ONS o Termo de Liberação Definitivo e entrou em operação comercial, passando a adicionar R\$47.812 de RAP para a Companhia, de acordo com o ciclo RAP 2022-2023. **Empreendimento Pitiguari** – Em 30 de junho de 2022, a Companhia arrematou o Lote 10 do Leilão de Transmissão nº 001/2022-ANEEL, composto por 92,7 Km de linhas de transmissão de 230 kV, no estado de Santa Catarina. O novo empreendimento chamado Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“PTG”), terá RAP de R\$18.787, CAPEX ANEEL de R\$243.153. O prazo para construção ANEEL é de 30 anos e o prazo para construção ANEEL é de 54 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão, realizada em 30 de setembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o projeto ainda estava na fase de finalização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Em 19 de janeiro de 2023 foi protocolado junto ao Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA/SC) o pedido de Licença Ambiental Prévia. **Empreendimento Paraguaçu** – Em 27 de julho de 2022, a concessão Paraguaçu recebeu do ONS o Termo de Liberação Definitivo e entrou em operação comercial, passando a adicionar R\$71.361 de RAP para a Companhia, de acordo com o ciclo RAP 2022-2023. **Empreendimento Ivaí (operacionalização parcial)** – Em 9 de novembro de 2022, o ONS emitiu os Termos de Liberação do corredor de 525kV dos trechos LT Foz do Iguaçu-Guaira, LT Guaira-Sarandi e LT Sarandi-Londrina, com extensão de aproximadamente 511 km em circuito duplo, todos com a data retroativa à data de 1º de novembro de 2022. Em dezembro de 2022, a Ivaí possuía o Termos de Liberação Parcial do corredor de 525kV e 525/230kV, que dá direito a aproximadamente 90% da RAP do empreendimento. **Empreendimento Tangará** – Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia arrematou o Lote 3 do Leilão de Transmissão nº 002/2022-ANEEL, composto por 279 Km de linhas de transmissão de 230 e 500 kV, nos estados do Maranhão e Pará. O novo empreendimento chamado Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“TNG”), terá RAP de R\$91.380, CAPEX ANEEL de R\$1.117.077, prazo de concessão de 30 anos e prazo para construção ANEEL de 60 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão prevista para 30 de março de 2023. **Empreendimento Saíra** – Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia arrematou o Lote 5 do Leilão de Transmissão nº 002/2022-ANEEL, que consiste em dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão existentes e revitalização dos sistemas de controle e de proteção das conversoras Garabi I e Garabi II, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O novo empreendimento, chamado Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“SIT”), terá RAP de R\$ 152.232, CAPEX ANEEL de R\$1.175.720, prazo de concessão de 30 anos e prazo para construção ANEEL de 60 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão prevista para 30 de março de 2023. **Alteração na diretoria** – Em 28 de dezembro de 2022, o Sr. Erik da Costa Breyer apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023. O Diretor Presidente, Sr. André Augusto Telles Moreira, passou a cumular interinamente o cargo de Diretor de Relações com Investidores e o Sr. Leonardo Bonorino, atual Gerente Executivo de Planejamento e Controle da Taesa, acumulou interinamente o cargo de Diretor Financeiro, conforme eleição aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de dezembro de 2022. **COVID-19** – O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e, também, a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento. Proteção da saúde dos colaboradores: • Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações; • Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre orientações de saúde e higiene; • Retorno às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com home office e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários; • Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19; • Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares; • Vacinação anual contra a gripe influenza para todos; • Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”); • Incentivo à imunização completa: 99,2% dos colaboradores com o esquema primário completo, 98,1% com a primeira dose de reforço e 59,1% com a segunda dose de reforço entre os colaboradores a partir de 40 anos; • Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina. Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção: • Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores; • Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico; • Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,95% em 2022); • Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento; algumas já concluídas; • Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$3,0 bilhões investidos entre 2020 e 2022. Preservação da saúde financeira da Companhia: • Manutenção de posição de liquidez confortável; • Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados; - A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody’s e Fitch (AAA na Escala Nacional); • Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia; • Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas; • Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da pandemia no setor elétrico. **Demonstração Contábil Regulatória - DCR** - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, será disponibilizada no site eletrônico da Companhia a partir de 30 de abril de 2023, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Termo de Liberação Definitivo (“TLD”) da ESTE: Em 13 de março de 2023, a Coligada Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. obteve do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) o Termo de Liberação Definitivo (“TLD”) autorizando o início da operação comercial definitiva das instalações de transmissão a partir de 3 de março de 2023. A Companhia ressalta que, conforme comunicado ao mercado publicado em 21 de fevereiro de 2022, a ESTE já havia obtido do ONS o Termo de Liberação de Receita (“TLR”), o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, devido à disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligado Nacional (“SIN”). **13ª emissão de Debêntures** - Em 17 de fevereiro de 2023, a Companhia emitiu 1.000.000 (um milhão) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, em série única, no montante de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), com prazo de dois anos, juros semestrais e amortização no final. Os recursos serão utilizados para reforço de caixa e gestão ordinária dos negócios da Companhia. Em 08 de março, houve a liquidação das debêntures. **Redução do capital social da controlada ATE III** - Em 07 de fevereiro de 2023, a AGE da controlada ATE III deliberou sobre a redução do capital social em R\$103.269, passando o capital social de R\$303.500 para R\$200.231, conforme autorizado pela ANEEL, nos termos do Despacho nº 284 de 1º de fevereiro de 2023. **Pagamento de dividendos intercalares** – Em 23 de janeiro de 2023, a Companhia pagou o montante de R\$460.000 referentes a dividendos intercalares de 2022. **Pagamento de juros e principal da 1ª emissão de debêntures da JAN** – Em 16 de janeiro de 2023, a JAN pagou aos debenturistas o montante de R\$11.805, sendo R\$5.654 de juros e R\$6.151 de principal. **Pagamento de juros das 1ª e 2ª séries da 11ª emissão de debêntures** – Em 16 de janeiro de 2023, a Companhia pagou aos debenturistas o montante de R\$58.716, sendo R\$19.900 da 1ª série e R\$47.816 da 2ª série. **Aumento de capital em controladas:**

Investida	Data do pagamento	Data da aprovação	Órgão aprovador	Montante
ANT	05/01/2023	02/01/2023	AGE	29.000
PTG	05/01/2023	02/01/2023	AGE	6.000
SIT	11/01/2023	06/01/2023	AGE	5.000
TNG	11/01/2023	06/01/2023	AGE	6.000
SAN	06/02/2023	30/01/2023	AGE	23.000
ANT	15/03/2023	23/02/2023	AGE	47.000

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Concessão do serviço público - ativo contratual:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucro esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia, análise retrospectiva dos gastos incorridos em cada projeto em relação aos montantes inicialmente orçados, com a correspondente análise e discussão sobre a natureza das variações e discrepâncias, e obtenção de evidências corroborativas de tais variações e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual, suas respectivas receitas e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Informações comparativas - valores correspondentes:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 17 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com

Diretoria	
Diretores	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente e Relações com Investidores
André Augusto Telles Moreira	Diretor Jurídico e Regulatório
Leonardo Bonorino Gonçalves	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Conselho de Administração	
Titulares	
Reynaldo Passanezi Filho (CEMIG)	
José Reinaldo Magalhães (CEMIG)	
Reinaldo Le Grazie (CEMIG)	
Jaime Leôncio Singer (CEMIG)	
Maurício Dall’Agnese (CEMIG)	
Jaime Caballero Uribe (ISA)	
César Augusto Ramirez Rojas (ISA)	
Victor Manuel Muñoz Rodriguez (ISA)	
Fernando Bunker Gentil (ISA)	
Rodrigo de Mesquita Pereira (membro independente)	
André Fernandes Berenguer (membro independente)	
Celso Maia de Barros (membro independente)	
Hermes Jorge Chipp (membro independente)	

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Simone Deoud Siqueira (CEMIG)	Eduardo José de Souza (CEMIG)
Márlia Carvalho de Melo (CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (ISA)	Luciana dos Santos Uchôa (ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários preferencialistas)	Ana Patrícia Alves Costa Pacheco (acionistas minoritários preferencialistas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários ordinaristas)	Rosângela Torres (acionistas minoritários ordinaristas)

Contador	
Wagner Rocha Dias	
CRC RJ-112158/0-3 - CPF nº 778.993.777-49	

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da lei das sociedades anônima e do artigo 27, § 1, inciso IV de Resolução CVM nº 80/2022, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até 27 de abril de 2023, da proposta de Orçamento de Capital Consolidado para o exercício de 2022. Para o atendimento de seus compromissos, a Companhia propõe destinar o montante de R\$207.632.058,23 para a Reserva especial, cuja aprovação será submetida aos acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores. **Origem:** Efeitos do CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, sendo: • Retenção de lucros do exercício de 2022 no montante de R\$207.632.058,23;

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório dos auditores independentes, pertinente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e respectivos documentos complementares.

	Rio de Janeiro, 15 de março de 2023.	
André Augusto Telles Moreira Diretor Presidente, Relações com Investidores e Diretor Jurídico e Regulatório		Leonardo Bonorino Gonçalves Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria Diretor Técnico		Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Gestão de Participações
	Luis Alessandro Alves Diretor de Implantação	

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e respectivos documentos complementares.

	Rio de Janeiro, 15 de março de 2023.	
André Augusto Telles Moreira Diretor Presidente, Relações com Investidores e Diretor Jurídico e Regulatório		Leonardo Bonorino Gonçalves Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria Diretor Técnico		Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Gestão de Participações
	Luis Alessandro Alves Diretor de Implantação	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”) infra-assinados, reunidos excepcionalmente em videoconferência, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, considerando a declaração da Diretoria da Companhia datada de 15 de março de 2023, examinaram o relatório da administração e os demais documentos que compõem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do parecer dos auditores independentes emitido nesta data, bem como a proposta da administração para destinação do resultado do exercício social de 2022 e o orçamento de capital. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia e, considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da administração e de seus auditores independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos a serem encaminhados para Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei nº 6.404/76 e legislação subsequentemente.

	Rio de Janeiro, 15 de março de 2023.	
Manuel Domingues de Jesus e Pinho Membro titular		Simone Deoud Siqueira Membro titular
Márlia Carvalho de Melo Membro titular		Murici dos Santos Membro titular
	Marcello Joaquim Pacheco Membro titular	

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventos relacionados aos assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/0-8 1º 1º RJ
Marcelo Salvador
Contador
CRC nº 1 MG 089422/0-0

